

**INSTRUÇÕES**

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

**TEXTO I**

Em um mundo cada vez mais conectado por telas e imerso em rotinas sedentárias, a relevância da prática esportiva e da adoção de uma vida saudável ganha contornos de urgência. Longe de ser apenas uma opção de lazer, o esporte se configura como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano integral, abrangendo aspectos físicos, mentais e sociais. Nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, por exemplo, testemunhamos não apenas a superação de limites individuais, mas também a celebração da diversidade e da inclusão, onde atletas de diferentes origens e capacidades inspiram milhões ao redor do globo. A magnitude desses eventos, contudo, não deve ofuscar a importância do esporte em contextos mais próximos, como o futebol comunitário nos bairros periféricos, que serve como catalisador social, promovendo a cooperação, o respeito às regras e a construção de laços de solidariedade entre jovens.

Ademais, a simples inserção de atividades físicas regulares, como caminhadas em parques ou a adesão a grupos de corrida, possui um impacto transformador na saúde coletiva. A ideia de que mente sã reside em corpo sã é um axioma que se solidifica a cada pesquisa científica que aponta a correlação entre a atividade física e a redução de doenças crônicas, melhora da função cognitiva e diminuição dos níveis de estresse e ansiedade. No ambiente escolar, a educação física, muitas vezes relegada a segundo plano, deveria ser revitalizada e compreendida como uma disciplina essencial na formação de hábitos saudáveis, na promoção da disciplina e no desenvolvimento de habilidades motoras e interpessoais. É imperativo que as políticas públicas incentivem a criação de espaços e programas que tornem a prática esportiva acessível a todos, independentemente de idade, condição socioeconômica ou aptidão física, pavimentando o caminho para uma sociedade mais robusta e equilibrada. A valorização do esporte e da vida saudável é, em última análise, um investimento direto no futuro das próximas gerações e na qualidade de vida presente. O desafio reside em transcender a percepção do esporte como mera competição e elevá-lo ao status de ferramenta essencial para o bem-estar e a integração social.

(Adaptado de Jornal do Brasil, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) A expressão “contornos de urgência”, no primeiro parágrafo, pode ser substituída, sem prejuízo de sentido e correção gramatical, por “matizes de premente necessidade”. A substituição mantém a ênfase na criticidade da situação

abordada pelo autor.

02-(IBED) No segmento “A magnitude desses eventos, contudo, não deve ofuscar a importância do esporte em contextos mais próximos [...]”, a conjunção “contudo” poderia ser substituída por “porquanto” sem que houvesse alteração no sentido adversativo e na correção gramatical da frase, pois ambas estabelecem uma relação de oposição entre as ideias.

03-(IBED) O autor do texto defende a tese de que o esporte, em suas diversas manifestações, age como um mero passatempo, cujo principal objetivo é a competição, minimizando sua função social e integradora em comunidades carentes ou no ambiente escolar, conforme explicitado no segundo parágrafo.

04-(IBED) A oração “que tornem a prática esportiva acessível a todos”, presente no segundo parágrafo, possui um pronome relativo que retoma o termo “programas”, funcionando como adjunto adnominal, e estabelece uma relação de finalidade, indicando o propósito das políticas públicas mencionadas.

05-(IBED) A palavra “axioma”, empregada no segundo parágrafo (“a ideia de que mente sã reside em corpo sã é um axioma”), refere-se a uma proposição evidente por si mesma, que não necessita de demonstração, e sua utilização no contexto sugere que a relação entre saúde mental e física é universalmente aceita.

06-(IBED) As políticas públicas são iniciativas governamentais que buscam solucionar problemas sociais e promover o bem-estar da população, sendo que a fase de formulação de uma política pública envolve preponderantemente a ação do poder executivo, prescindindo de outras instâncias como o legislativo e a sociedade civil organizada, que atuam apenas na fase de avaliação e controle.

07-(IBED) No contexto do Estado de Direito consolidado pela Constituição Federal de 1988, o presidencialismo, como sistema de governo, assegura a supremacia do Poder Executivo sobre os demais, visto que o presidente da República concentra as funções de chefe de Estado e de chefe de governo, o que lhe confere autonomia decisória irrestrita e o isenta da necessidade de coordenação com o Poder Legislativo para a efetivação de suas políticas.

08-(IBED) O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, estabelece diretrizes e ações programáticas para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, abordando, entre outros eixos, o combate às discriminações de gênero e raça. Entretanto, sua execução e monitoramento são atribuições exclusivas do Poder Executivo Federal, não havendo previsão para a participação de órgãos estaduais ou municipais na implementação de suas estratégias.

09-(IBED) A democracia e a cidadania, no bojo da Constituição de 1988, garantem a participação popular na gestão do Estado, mas limitam essa participação aos ritos eleitorais periódicos, não reconhecendo mecanismos de participação direta como os conselhos gestores de políticas públicas ou as audiências públicas como esferas legítimas de tomada de decisão, por entenderem que tais instâncias sobrepõem-se à representação parlamentar.

10-(IBED) A diversidade e inclusão na sociedade contemporânea, conforme previsto nos marcos legais e normativos brasileiros, como o PNDH-3, pressupõem o reconhecimento e a valorização das diferenças étnico-raciais, de gênero e sexualidade. No entanto, o conceito de diversidade cultural restringe-se às manifestações artísticas e folclóricas, não englobando as distintas visões de mundo e modos de vida de grupos minoritários, que muitas vezes enfrentam barreiras estruturais para sua plena inclusão.

11-(IBED) A história de Parnaguá, Piauí, está intrinsecamente ligada à colonização portuguesa, sendo considerada uma das primeiras vilas do estado. Sua origem remonta ao século XVII, com a chegada de bandeirantes que buscavam novas terras e riquezas, estabelecendo um núcleo populacional que se consolidou devido à pecuária extensiva, tornando-se um importante entreposto comercial da região, antes mesmo da fundação de outros povoados mais conhecidos do sertão piauiense.

13-(IBED) O município de Parnaguá abriga a maior lagoa de todo o estado do Piauí, conhecida como Lagoa de Parnaguá, que constitui o principal atrativo turístico natural da região. Esta característica geográfica diferencia o município de outras localidades do sudeste piauiense e representa importante recurso hídrico para a população local.

13-(IBED) Parnaguá, no sudeste do Piauí, é caracterizada por um relevo predominantemente montanhoso e clima tropical úmido, com vasta área de vegetação de Mata Atlântica preservada. Essa condição geográfica atrai um turismo ecológico significativo, impulsionando a economia local através de atividades como trilhas e observação de fauna silvestre em parques nacionais próximos que possuem seu entorno na Região metropolitana de Parnaguá.

14-(IBED) A cultura popular de Parnaguá é rica e diversificada, destacando-se as festividades juninas com a tradicional dança do Bumba-meu-boi e as manifestações religiosas católicas, com procissões e festeiros. No entanto, a culinária local não apresenta traços distintivos, sendo meramente uma reprodução da cozinha nordestina genérica, sem pratos típicos ou ingredientes que reflitam a especificidade da região, limitando-se ao consumo de galinha caipira e arroz com feijão.

15-(IBED) O município de Parnaguá, devido à sua localização geográfica estratégica, possui um grande potencial hídrico, com destaque para a presença de diversas cachoeiras e lagos perenes que abastecem toda a região do semiárido piauiense, sendo o Lago de Parnaguá o maior e mais importante, fundamental para a economia pesqueira e para o abastecimento de água potável de cidades vizinhas.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma empresa municipal de saneamento básico planeja implementar um sistema de monitoramento de fluxo de água em tempo real para otimizar a distribuição e detectar vazamentos. Assertiva: Para a consecução desse objetivo, a tecnologia 5G seria mais vantajosa que as redes 4G não apenas pela maior largura de banda e menor latência, mas principalmente por permitir a conexão de um número significativamente superior de dispositivos (IoT), o que é essencial para uma rede de sensores distribuídos em grande escala, otimizando o gasto energético e a eficiência da transmissão de dados nesse cenário.

17-(IBED) No contexto de governança digital no setor público, a migração de sistemas e dados para a Computação em Nuvem, como AWS ou Azure, embora possa oferecer escalabilidade e elasticidade, implica necessariamente a perda total do controle sobre a infraestrutura física e lógica por parte da entidade pública, comprometendo a soberania de dados e tornando a solução inapropriada para informações classificadas ou estratégicas que demandam controle absoluto sobre o ambiente de processamento.

18-(IBED) A diferença fundamental entre Hardware e Software reside no fato de que o Hardware representa todos os componentes lógicos e abstratos de um sistema computacional, como sistemas operacionais e aplicativos, enquanto o Software engloba as partes físicas e tangíveis, como processadores, memória RAM e discos rígidos, que são indispensáveis para a execução das instruções programadas.

19-(IBED) Situação hipotética: Um usuário acessa um portal de serviços públicos municipais através de seu smartphone e realiza a emissão de uma certidão. Assertiva: Nesse cenário, o acesso mobile, por ser otimizado para telas menores e interfaces táteis, tipicamente envolve uma versão simplificada do portal web, o que garante maior segurança na transmissão de dados criptografados, mas inviabiliza a utilização de recursos avançados que estão disponíveis apenas na versão desktop devido a restrições de processamento dos dispositivos móveis.

20-(IBED) Dispositivos conectados sem fio, como roteadores Wi-Fi ou dispositivos Bluetooth, operam exclusivamente na camada física do modelo OSI (Open Systems Interconnection) para o envio de dados via ondas de rádio, o que os torna intrinsecamente menos seguros que as conexões cabeadas e mais suscetíveis a ataques de negação de serviço (DoS) por sobrecarga de frequência, independentemente da implementação de protocolos de autenticação ou criptografia em camadas superiores.

21-(IBED) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Contudo, essa mesma lei, em seu escopo principal, não considera a alimentação, o meio ambiente e o saneamento básico como fatores determinantes e condicionantes da saúde, relegando sua abordagem para legislações específicas fora do âmbito do SUS.

22-(IBED) A Portaria nº 2.436/2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), prevê expressamente que as equipes de Atenção Básica devem desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, além de ações de cura e reabilitação, sendo que a realização da visita domiciliar é uma atribuição exclusiva das equipes de saúde da família e não se estende às equipes de atenção básica modalidade 2 (eAB), devido à sua menor complexidade e abrangência de atuação.

23-(IBED) Conforme a Lei nº 11.350/2006, as atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) incluem o registro para fins de diagnóstico demográfico e social, a coleta de dados para o planejamento de ações e a realização de atividades educativas. Não obstante, a responsabilidade pela atualização contínua do cadastro das famílias, embora crucial, reside primariamente no enfermeiro da equipe de saúde da família, com o ACS atuando apenas como um auxiliar na coleta inicial dos dados.

24-(IBED) Em situações de surtos epidêmicos, como a dengue ou zika vírus, as ações de vigilância epidemiológica, fundamentais para o controle e prevenção, são prioritariamente coordenadas pelos níveis central e estadual do SUS, cabendo ao ACS, em nível municipal, apenas a execução de tarefas pré-determinadas, sem autonomia para realizar avaliações de risco ambiental e sanitário que subsidiem planos de ação locais mais abrangentes.

25-(IBED) Situação hipotética: Um Agente Comunitário de Saúde (ACS) é solicitado por uma família em sua área de atuação para identificar um foco de proliferação de mosquitos *Aedes aegypti* em um terreno baldio. Assertiva: De acordo com suas atribuições delineadas na Lei nº 11.350/2006 e na PNAB, o ACS deve intervir realizando a eliminação do foco, ainda que isso implique adentrar propriedade privada sem autorização prévia do proprietário, dada a urgência e o risco à saúde pública.

26-(IBED) A Lei nº 8.142/1990 estabelece que a participação da comunidade na gestão do SUS se efetivará através das Conferências de Saúde e dos Conselhos de Saúde, órgãos que possuem caráter deliberativo e permanente. No entanto, a composição dos Conselhos de Saúde, embora inclua representantes de usuários, trabalhadores, prestadores de serviços e gestores, não exige paridade entre usuários e os demais segmentos, conferindo, por vezes, maior peso deliberativo aos profissionais de saúde e gestores.

27-(IBED) A visita domiciliar, uma das principais ferramentas de trabalho do Agente Comunitário de Saúde, deve ser planejada e sistemática, considerando as necessidades e vulnerabilidades das famílias. A sua realização, contudo, é restrita aos casos de acompanhamento de grupos específicos, como gestantes, crianças menores de um ano e idosos acamados, não sendo sua função realizar levantamentos para identificação de áreas de risco ambiental, que compete a equipes de vigilância sanitária.

28-(IBED) A ética no serviço público, conforme os princípios de cidadania, impõe ao ACS o dever de agir com probidade e imparcialidade. Nesse contexto, a divulgação de informações relevantes sobre as condições de saúde de um indivíduo da comunidade para outros vizinhos, mesmo que sob a justificativa de alerta para possíveis riscos coletivos, é uma conduta eticamente aceitável, desde que o nome do paciente seja omitido para preservar sua identidade.

29-(IBED) A Portaria nº 2.436/2017 prevê a existência de um processo de trabalho nas equipes de Atenção Básica que, dentre outros aspectos, inclui a programação e execução de ações para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis. Contudo, em relação a doenças infecciosas como hanseníase e tuberculose, a PNAB delega a responsabilidade primária de acompanhamento e tratamento às unidades de referência especializadas, não as concebendo como eixos de atuação prioritária e autônoma da Atenção Básica.

30-(IBED) No contexto da epidemiologia, a incidência de uma doença refere-se ao número total de casos existentes em uma população em um determinado período, o que confere uma medida da carga total de morbidade. Por outro lado, a prevalência aborda o número de casos novos de uma doença em uma população de risco durante um período específico, sendo fundamental para avaliar a velocidade de propagação de uma epidemia.

31-(IBED) A Lei nº 13.595/2018, que aprimorou as atribuições do ACS, reforçou seu papel de orientação da comunidade para a correta utilização dos serviços de saúde. Todavia, a realização de exames complementares como glicemia capilar e aferição da pressão arterial durante as visitas domiciliares, mesmo que solicitado por outros membros da equipe de saúde, é uma competência privativa de profissionais de nível superior, não sendo permitido ao ACS executá-los em nenhuma circunstância.

32-(IBED) Situação hipotética: Uma área adscrita de uma Unidade Básica de Saúde apresenta um aumento significativo de casos de Leishmaniose Visceral. Assertiva: O Agente Comunitário de Saúde, ao identificar essa situação, deve imediatamente iniciar a notificação de todos os casos suspeitos e confirmados à vigilância epidemiológica municipal, sem a necessidade de prévia validação do diagnóstico por um médico, visto que o ACS é o elo primário de contato com a comunidade.

33-(IBED) A dengue, zika e chikungunya são arboviroses transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, e suas medidas de controle são amplamente baseadas na eliminação de focos de reprodução do vetor. A especificidade de cada vírus, contudo, implica em abordagens epidemiológicas distintas, sendo que, em áreas com co-circulação, a suspeita clínica por si só é suficiente para o direcionamento das ações preventivas, dispensando testes laboratoriais iniciais para diferenciar as três, em detrimento da rapidez da resposta à emergência.

34-(IBED) O princípio da integralidade do SUS, conforme a Lei nº 8.080/1990, preconiza um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigindo a inclusão das ações de saúde bucal e da farmácia básica em todos os níveis de atenção. Entretanto, a gestão desses serviços pode ser fragmentada, permitindo que a União ou os Estados fiquem responsáveis pela aquisição de medicamentos essenciais, enquanto os Municípios se ocupam apenas da distribuição, sem onerar o orçamento local com a compra.

35-(IBED) A Portaria nº 2.436/2017 detalha que o processo de trabalho das equipes de Atenção Básica envolve o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações, buscando a melhoria contínua dos indicadores de saúde. A participação ativa dos usuários na definição das prioridades de saúde para sua comunidade, embora desejável, é um componente secundário, visto que a formulação das metas e estratégias advém de diretrizes técnicas preestabelecidas pelos gestores federais e estaduais.

36-(IBED) A Leishmaniose Visceral, uma zoonose grave, possui o cão como principal reservatório doméstico. A estratégia de controle no Brasil inclui o sacrifício de cães soropositivos mesmo que assintomáticos. Entretanto, dada a complexidade ética e social, a orientação do ACS para o proprietário de um cão suspeito de Leishmaniose é primeiramente buscar o tratamento do animal em clínica veterinária, sendo o sacrifício uma medida excepcional e de última instância, mediante o fracasso do tratamento.

37-(IBED) A hanseníase, uma doença infecciosa crônica, tem sua transmissão interrompida com o início do tratamento medicamentoso, mesmo que os sintomas ainda persistam. Nesse contexto, a prioridade do ACS, ao identificar um caso suspeito ou confirmado, é a busca ativa de contatos domiciliares para exames e orientação, mas a interrupção das atividades laborais do paciente, enquanto não houver alta, é uma medida primária para evitar a disseminação em ambiente de trabalho, independentemente do tipo de atividade.

38-(IBED) A Lei nº 11.350/2006, modificada pela Lei nº 13.595/2018, reforça a necessidade de o ACS residir na área da comunidade em que atua. Essa exigência legal, embora vise a fortalecer o vínculo com a comunidade, é passível de flexibilização em municípios de pequeno porte ou áreas de difícil provimento, onde a disponibilidade de profissionais que residam na área é escassa, podendo ser autorizada a atuação de ACSs residentes em municípios adjacentes.

39-(IBED) As noções básicas de saneamento ambiental, fundamentais para a promoção da saúde, abrangem desde o abastecimento de água potável até a destinação adequada de resíduos sólidos e esgoto sanitário. A atuação do ACS, nesse sentido, restringe-se à orientação da população sobre práticas de higiene e manejo de lixo em nível domiciliar, não sendo de sua alçada a identificação e comunicação de problemas de infraestrutura de saneamento coletivo às autoridades competentes, como prefeituras ou órgãos de saneamento.

40-(IBED) A tuberculose, enfermidade que ainda configura um sério problema de saúde pública, possui tratamento longo e supervisionado. O papel do ACS é crucial no incentivo à adesão ao tratamento e na busca ativa de sintomáticos respiratórios. Contudo, a realização do Teste Rápido Molecular para Tuberculose (TRM-TB), mesmo em kits disponíveis pela rede do SUS, é uma atribuição exclusiva de técnicos de laboratório capacitados ou enfermeiros, não cabendo ao ACS sua execução em domicílio, mesmo em situações específicas.

41-(IBED) Situação hipotética: Durante uma visita domiciliar, um ACS identifica um morador em sua área com sintomas clássicos de febre amarela, como febre alta, dores musculares intensas e icterícia. Assertiva: A primeira ação do ACS, após essa observação, deve ser a orientação para vacinação imediata dos contatos próximos do paciente, antes mesmo de encaminhá-lo para a Unidade de Saúde, visando a contenção da possível transmissão, dadas as graves consequências da doença.

42-(IBED) Os princípios do SUS, universalidade e equidade, garantem o acesso aos serviços de saúde a todo cidadão, independentemente de sua condição social. A hierarquização do atendimento, contudo, implica que pacientes com comorbidades e maior vulnerabilidade social devem ser priorizados em todos os níveis de atenção, ainda que isso signifique preferir um paciente com uma condição de saúde aguda, mas com menor risco de evolução desfavorável, em um contexto de escassez de recursos.

43-(IBED) A Portaria nº 2.436/2017 define que a Atenção Básica é o contato preferencial dos usuários com o sistema de saúde, sendo responsável pela resolubilidade de grande parte dos problemas de saúde. A pactuação de metas de saúde, no entanto, ocorre exclusivamente entre os gestores federal, estaduais e municipais, sem a necessidade de envolvimento direto das equipes de Atenção Básica na sua formulação, embora estas sejam as executoras das ações.

44-(IBED) A Doença de Chagas, transmitida pelo barbeiro, é uma enfermidade endêmica em algumas regiões do Brasil. A atividade do ACS na vigilância epidemiológica dessa doença limita-se à identificação da presença do vetor e à notificação à equipe de saúde, não sendo sua atribuição realizar a busca ativa de sintomáticos ou orientar sobre medidas de controle domiciliar, como o correto manejo de telhados e frestas, pois essa é uma competência da vigilância ambiental.

45-(IBED) O agente comunitário de saúde, de acordo com a PNAB, possui um papel fundamental no acompanhamento de grupos populacionais com maior vulnerabilidade. Em relação à Covid-19, suas ações durante a pandemia puderam incluir a identificação de casos suspeitos, orientação sobre isolamento e higiene, e o encaminhamento para testagem, mas a aplicação de testes rápidos no domicílio, mesmo aqueles com leitura por fita, é uma tarefa que exige capacitação específica e só pode ser realizada por profissionais de saúde de nível superior, salvaguardando a precisão do diagnóstico.

46-(IBED) A Raiva, uma zoonose letal, tem sua prevenção centrada na vacinação de animais domésticos e na profilaxia pós-exposição em humanos. O ACS desempenha um papel importante na conscientização da população sobre a vacinação animal e na orientação sobre mordeduras. No entanto, a organização de campanhas de vacinação animal em nível local é de responsabilidade exclusiva dos órgãos de controle de zoonoses do município, não havendo espaço para a atuação do ACS na gestão ou execução direta dessas campanhas.

47-(IBED) A esquistossomose, ou esquistossomose mansônica, é uma parasitose que tem o caramujo como hospedeiro intermediário. As ações de controle realizadas pelo ACS incluem a orientação sobre saneamento básico e o uso da água, mas a identificação de focos de caramujos e a coleta de amostras para análise parasitológica são atividades que exigem treinamento especializado e material específico, razão pela qual são realizadas por equipes de controle de endemias, não sendo uma atribuição do ACS.

48-(IBED) Situação hipotética: Uma família em processo de cadastramento pelo ACS recusa-se a fornecer informações sobre o histórico de saúde de um de seus membros, alegando direito à privacidade. Assertiva: O ACS, embasado nos princípios da ética e cidadania, deve respeitar a decisão da família e não insistir na obtenção dos dados, pois a proteção da privacidade individual se sobrepõe ao dever de coletar informações para o diagnóstico de saúde da comunidade, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que se aplica integralmente ao SUS.

49-(IBED) A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) enfatiza a territorialização e a adscrição de população como eixos fundamentais para a organização dos serviços. Isso significa que cada equipe de Atenção Básica é responsável por uma área geográfica definida e pela população que nela reside. Contudo, em casos de emergência ou em áreas de fronteira entre territórios, a universalidade do SUS permite que qualquer cidadão receba atendimento em qualquer Unidade Básica de Saúde, independentemente de sua área de adscrição, o que flexibiliza e, por vezes, sobrepõe a lógica da territorialização.

50-(IBED) A Malária, endêmica em algumas regiões do país, é uma doença febril aguda e seu diagnóstico precoce é crucial. O ACS, na sua atuação, pode e deve orientar sobre a importância do diagnóstico e tratamento. Entretanto, a realização de esfregaço sanguíneo e posterior leitura para identificação do parasita da malária, mesmo que sob supervisão, não é uma atribuição formal do ACS, mas sim de profissionais de enfermagem ou laboratório, devido à complexidade da técnica e à necessidade de equipamentos específicos para o diagnóstico microscópico.